

ATUAÇÕES EM DESTAQUE

Ação da Defensoria Pública de Minas junto ao STF impede desocupação de moradores da Vila Maria, em BH

No local vivem cerca de 120 famílias. Atuação da DPMG leva em conta decisão do Supremo que impede despejos por causa dos efeitos da crise provocada pela pandemia de Covid-19

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve na quinta-feira (21/7) importante conquista para as cerca de 120 famílias que vivem há anos na Ocupação Vila Maria, na região oeste de Belo Horizonte. Teve pedido de liminar acolhido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e impediu o despejo dos moradores.

Os moradores estavam ameaçados de serem retirados do local depois que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) concedeu à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) parecer favorável à reintegração de posse do terreno ocupado, sob a alegação de que a área faz parte do Parque Jacques Rousseau e que a ocupação representa “alto risco de dano ambiental à área ocupada”.

No pedido de liminar, a Defensoria Pública de Minas Gerais argumenta que “a ordem de reintegração de posse representa violação aos direitos humanos”, uma vez que os ocupantes dos imóveis são pessoas hipossuficientes, as quais tiveram sua situação agravada pela pandemia da Covid-19.

O pedido de liminar foi acolhido pelo STF, impedindo não apenas que a reintegração de posse fosse cumprida, mas que houvesse a suspensão do despejo por tempo indeterminado até que a

Prefeitura faça um planejamento, com o cadastro das famílias que moram no local e previsão de reassentamento imediato.

O trabalho da DPMG foi elaborado e conduzido pelas defensoras públicas Ana Cláudia Storch (em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais), Mariana Lima (da área Criminal) e pelo defensor público Flávio Wandeck (em atuação no Núcleo da DPMG junto aos Tribunais Superiores, em Brasília), que protocolou a reclamação e despachou a petição na Corte Suprema. O ministro André Mendonça foi o relator do caso.

[Leia a matéria na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

Atuação da Defensoria de Minas no caso da Ocupação Vila Maria em Belo Horizonte repercutiu na imprensa

[O Tempo](#)

[Estado de Minas](#)

Defensoria de Minas obtém vitória no STJ e família de homem morto durante abordagem policial será indenizada

Quase seis anos depois da perda de um filho no bairro Cabana do Pai Tomás, região oeste de Belo Horizonte, durante uma operação policial, uma notícia que minimiza a dor dos pais – e também dos irmãos – pela morte de ente querido.

Em mais uma atuação exitosa, a Defensoria Pública de Minas Gerais obteve vitória em ação

movida na Justiça em desfavor do Estado, que transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A ação de responsabilidade civil foi encaminhada em 2016, logo após o fato, quando familiares do pintor W.R.M., à época com 31 anos, procuraram a Instituição em busca de indenização civil por danos morais e materiais.

[LEIA + PÁGINA 2](#)

NESTA EDIÇÃO

> Atuações em destaque • Na mídia [PÁGINA 2](#)

Chuvas: DPMG e demais Instituições de Justiça assinam Termo de Compromisso para Vale limpar o Paraopeba

> Mundo oficial [PÁGINA 3](#)

> Escola Superior • Publicações [PÁG. 3 e 4](#)

> Inspirando novas atitudes [PÁGINA 4](#)

Pesquisa de mestrado em Brasília aborda o GAETS nas cortes superiores

> Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 5](#)

ATUAÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas obtém vitória no STJ e família de homem morto durante abordagem policial será indenizada

Em mais uma atuação exitosa, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, obteve vitória em ação movida na Justiça em desfavor do Estado. A sentença – transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – acolheu ação de responsabilidade civil movida em 2016 pela DPMG em desfavor do Estado de Minas Gerais, logo após o fato, quando familiares do pintor W.R.M., à época com 31 anos, procuraram a Instituição em busca de indenização civil por danos morais e materiais.

Arrimo de família, W.R.M. seguia de moto na comunidade em que morava quando, ao chegar

à rua de casa, teria recebido – durante uma operação da Polícia Militar – ordem de parada e, por não ter obedecido, acabou alvejado. Socorrida, a vítima faleceu alguns dias após a internação. Familiares de W.R.M. procuraram a Defensoria de Minas.

No parecer, o STJ condenou o Estado a indenizar os familiares da vítima a título de danos morais e pagamento de pensão mensal para os pais do pintor até a data em que a vítima completaria 65 anos, contados a partir da data da morte dele, acrescidos de juros e correção monetária legais.

[Leia a matéria na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

Vitória da Defensoria de Minas no STJ em favor da família de homem morto durante abordagem policial repercutiu na imprensa

[O Tempo](#)

[Rádio Itatiaia](#)

[G1](#)

LGBTQIA+: CRISE EM PENITENCIÁRIA

Justiça interdita parcialmente penitenciária para LGBTQIA+ em MG

Há um ano, a Defensoria de Minas ingressou com ação civil pública contra o Estado, quando a penitenciária já havia registrado casos de suicídio. O defensor público Paulo César Azevedo de Almeida comenta a situação e omissões no local.

[Folha de São Paulo](#)

[O Globo](#)

[Portal Diadorim](#)

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Minas Gerais é o estado que tem o maior número de feminicídios no Brasil

Estatística chega junto à repercussão de crime cometido contra uma mulher, encontrada morta dentro de carro, em Betim. Defensora pública comenta e dá orientações de proteção à mulher.

[TV Globo/Jornal Hoje](#)



Coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, defensora pública Samantha Vilarinho

[TV Globo/MGTV2](#)

[TV Globo/ MGTV1](#)

Defensoria de Minas aborda apoio a vítimas de violência doméstica

Mulheres terão prioridade em vagas de trabalho.

[TV Band Minas](#)

ALIMENTOS

Número de presos por não pagamento de pensão em MG já supera o de 2021

Reportagem mostra o que pode ter contribuído com esse aumento. A defensora pública coordenadora da área Cível da Capital, Paula Regina Fonte Boa Pinto, também fala sobre a situação.

[O Tempo](#)

[Veja outros destaques no site da DPMG](#)

Inscrições para Casamento Comunitário na Penitenciária de Francisco Sá

A iniciativa acontece em parceria com a direção da unidade prisional e com o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do município. A intenção é promover a formalização do vínculo matrimonial no aspecto civil de casais em que um dos nubentes esteja privado de liberdade na penitenciária.

As inscrições podem ser feitas na sede da DPMG na unidade de Francisco Sá.

[Saiba mais](#)

ATUAÇÕES EM DESTAQUE

DPMG e demais Instituições de Justiça assinam Termo de Compromisso para Vale limpar área atingida pelas chuvas na Bacia do Paraopeba

Um Termo de Compromisso e Cooperação, em caráter emergencial, foi celebrado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, os Ministérios Públicos de Minas e Federal e o Governo do Estado com a Mineradora Vale S.A. A medida determina à empresa que proceda a limpeza das áreas atingidas pelas fortes chuvas do início do ano em seis municípios da Bacia do Paraopeba.

O documento estabelecido entre as partes veio a partir da necessidade de realização de atividades emergenciais de interesse público para a proteção e o resguardo da população e evitar o agravamento da situação nas comunidades atingidas pelas intensas chuvas registradas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022. As chuvas afetaram diretamente a Bacia do Paraopeba, com consequente aumento da vazão do rio, carreamento e deposição de se-

dimentos nas áreas rurais e urbanas alagadas.

Os trabalhos de limpeza terão início no mês de agosto, com duração inicial de três meses e possível extensão para mais três. O processo de limpeza das áreas será coordenado pelos municípios. Caberá à Vale a cessão de pessoal, maquinário, combustível e outros equipamentos e insumos que se fizerem necessários para remover todo o entulho.

[Leia a matéria na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

Acordo é assinado para remover lama que veio à tona do Paraopeba nas enchentes

[O Tempo/Betim](#)

MUNDO OFICIAL

Defensoria de Minas participa de solenidades da semana de inspeção no TJMG

A defensora pública Marina Buck Sampaio, auxiliar da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais (CG-DPMG), representou a Instituição nas solenidades de abertura e encerramento da inspeção de rotina da Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A inspeção, feita pela equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorreu na semana de 18 a 22 de julho e verificou o funcionamento de setores administrativos e judiciais de primeiro e segundo grau da jurisdição do Judiciário mineiro.

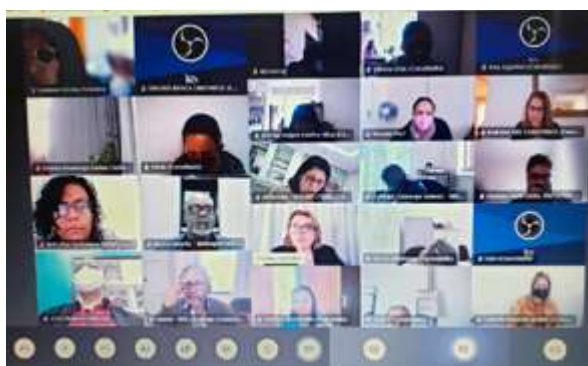
FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora pública Marina Buck (1ª à direita) compôs a mesa no encerramento da semana de inspeção no TJMG

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria conclui capacitação de profissionais da Educação no Módulo II do Minicurso de Mediação Escolar e Convivência Cidadã



Programação foi voltada para analistas educacionais das 47 Superintendências Regionais de Ensino do Estado e faz parte do Projeto Mesc

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por iniciativa do Projeto Mesc – Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar, e com o apoio da sua Escola Superior (Esdep-MG), concluiu o Módulo II do Minicurso de Mediação Escolar e Convivência. A capacitação, iniciada em 2021 para os analistas das educacionais de 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE), da Secretaria de Estado de Educação (SEE), foi finalizada neste mês, totalizando 93 participantes das 47 SREs, dois representantes do cargo de analistas de cada superintendência e representantes do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE).

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Pesquisa de mestrado em Brasília aborda o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais nas cortes superiores

Na quarta-feira (20/7) foi apresentada, junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), a dissertação de mestrado que examinou a litigância estratégica do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais (GAETS) perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). A pesquisa foi desenvolvida pela defensora pública do estado da Bahia, Manuela de Santana Passos.

O trabalho tem como tema “A voz dos (as) invisibilizados (as) no STF e STJ: a eficácia do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais nos Tribunais Superiores (GAETS) para a defesa dos direitos humanos de grupos vulneráveis”.

A pesquisa foi realizada, principalmente, com o objetivo de examinar as atividades desenvolvidas pelo GAETS – do qual a Defensoria Pública de Minas Gerais faz parte – em relação aos direitos humanos de pessoas vulneráveis e avaliar se as

ações desenvolvidas por seus membros são efetivas para a persuasão dos ministros em demandas judiciais sensíveis ao público assistido pela instituição. Foram colhidos dados quantitativos sobre a participação das Defensorias estaduais nas cortes superiores.

De acordo com resultados obtidos por meio da pesquisa, nota-se sensível diferença entre a demandas diversas das Defensorias estaduais do GAETS. Verificou-se ainda, a partir de informações fornecidas pelo setor de estatísticas do STJ, que a participação de membras e membros do grupo nos processos criminais do STJ ocorre em cerca de 31% dos feitos e, nas ações em geral, essa participação se reduz a aproximadamente 8% dos processos. Já no âmbito do STF, a proporção de processos com atuação das Defensorias estaduais é reduzida, girando em torno de 1% das demandas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

8ª edição da Revista da Defensoria de Minas receberá artigos até 15/8

“Direitos Humanos: extensão, desafios e perspectivas” é o eixo temático da edição nº 8 da *Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais*.

[Acesse aqui o Edital e o Aditivo](#)



ESDEP INFORMA: CURSO

